

Neste trabalho pretendo apresentar as possibilidades que se abrem ao pesquisador da cultura popular quando ele insere em suas análises o componente político. Político no sentido de estabelecer relações entre as produções culturais dos mais variados tipos e origens e os processos de configuração de subjetividade, de reflexão sobre sua própria inserção no mundo e de emancipação.

Alguns exemplos apresentados mostram que as produções culturais podem, efetivamente, associar-se a lutas sociais mais amplas, fato que não pode ser desconhecido pelo pesquisador interessado conectar seu tema principal de estudo com outras disciplinas.

Palavras-chave: cultura popular, subjetividade, emancipação

¹ Trabalho apresentado no NP17 – Núcleo de Pesquisa Folkcomunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.

I. Cultura popular e cidadania: enlaces possíveis

Pretendo discutir, neste trabalho, a relação entre dois assuntos que me inquietam e me ocupam atualmente: cultura popular e cidadania. A importância dos estudos sobre cultura popular não se esgota nos aspectos relativos à sua recuperação, preservação ou à resistência popular, ainda que a questão da memória não possa ser relegada a um segundo plano. Ao contrário, aumenta quando incluir nas análises, de forma cada vez mais efetiva, a contribuição que um pensamento renovado sobre as diferentes manifestações do popular pode oferecer para o entendimento do processo de construção de uma contra-hegemonia, de uma cultura política que privilegie a democratização de todas as instâncias do social.

Para a compreensão das culturas populares em sua diversidade de manifestações e em sua importância para a vida social e para os processos de construção da cidadania, é preciso que se levem em conta alguns pressupostos.

Em primeiro lugar, é necessário conceber as culturas populares a partir das práticas sociais, dos sentidos que as permeiam e dão significado às vivências e experiências das populações. Ao contrário de outras formas de produção cultural, especialmente dos produtos “populares” transmitidos pela grande mídia, as diversas formas de manifestação da cultura popular recobrem-se de um caráter de autenticidade (muito mais significativa no que diz respeito à coerência entre o real vivido e as suas representações do que em relação à autenticidade das origens), e nos informam sobre as maneiras específicas de ser e estar no mundo. É por isso que devem ser compreendidas para além de uma atualização recorrente da memória

favoráveis ao (auto)conhecimento para indivíduos e grupos. Ao mesmo tempo, estas atividades culturais requerem e fomentam o exercício de práticas criadoras que, em maior ou menor grau, possuem uma certa independência da cultura hegemônica (ainda que exista uma inter-relação), e acabam por traduzir-se em práticas de sujeito.

Isso posto, cabe tentar visualizar as possibilidades que as diversas formas de expressão cultural popular podem proporcionar para o desenvolvimento da cidadania, questão que vem ocupando espaços cada vez maiores e mais relevantes nas sociedades contemporâneas, tanto na produção intelectual quanto nas organizações, associações e instituições de diversos tipos que associam suas atividades ao desenvolvimento de “práticas cidadãs”, ainda uma novidade para grandes parcelas da população.

Fenômeno complexo e historicamente definido, o conceito de cidadania é concebido por José Murilo de Carvalho¹ como o exercício de direitos civis, políticos e sociais. Entretanto, o autor ressalva que a conquista de alguns direitos, como a “liberdade de pensamento e voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como segurança e emprego... a liberdade e a participação não levam automaticamente, ou rapidamente, à resolução de problemas sociais. Isto quer dizer que a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras. Uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível”. Neste caso se poderia considerar “cidadão aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns direitos. Os que não se beneficiam de nenhum dos direitos seriam os não-cidadãos”.

A luta pela cidadania é, assim, um processo contínuo que não se encerra quando certos direitos formais são obtidos, nem quando é garantido o acesso a certos

patriarcalismos dissimulados por uma nova cultura, mais igualitária e democrática, capaz de forjar uma nova subjetividade, em que se valorizem outros princípios.

Assim, a conquista de direitos cidadãos não se dissocia da construção cultural e nem prescinde de transformações na subjetividade tal como é moldada em nossas sociedades. Segundo Felix Guattari, “...o capital funciona de modo complementar à cultura enquanto conceito de equivalência: o capital ocupa-se da sujeição econômica e a cultura, da sujeição subjetiva.” A sujeição subjetiva não diz respeito apenas “à publicidade para a produção e o consumo de bens. *É a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais-valia econômica: ele está também na tomada de poder da subjetividade*”.²

Por estes motivos, o mesmo autor, em outra ocasião, aposta na necessidade de se “debruçar sobre o que poderiam ser os dispositivos de produção de subjetividade, indo no sentido de um a re-singularização individual e/ ou coletiva, ao invés de ir no sentido de uma usinagem pela mídia, sinônimo de desolação e desespero”³.

Esta re-singularização pressupõe a substituição de valores atuais, típicos da sociedade de consumo e relacionados à competitividade, ao lucro, ao individualismo, à falsa liberdade identificada com a liberdade de consumir, por novas relações consigo mesmo, com os outros e com a sociedade. Essa substituição passa pela busca de novas formas de agenciamento subjetivo que promovam solidariedades, afetividades e que, freqüentemente, situam-se ao largo das instituições formais que tradicionalmente se ocupavam da construção de uma contra-hegemonia, como os sindicatos, algumas escolas e associações.

Algumas razões podem ser invocadas para justificar o deslocamento das práticas de emancipação das grandes instituições: a política neoliberal e o acirramento da concorrência e da competitividade econômica alteraram o caráter das

transferido para os movimentos sociais e para as diversas organizações da sociedade civil que, mais próximas da experiência concreta do povo, souberam canalizar e encaminhar necessidades materiais, desejos e reivindicação de direitos.

Essa reorganização do espaço social em que acontecem as lutas sociais possibilita perceber os processos de emancipação não apenas do ponto de vista das políticas tradicionais, que as colocavam submetidas aos partidos, aos sindicatos e a outras instâncias mais ou menos oficiais. Ao contrário, convém pensá-las a partir de uma “epistemologia do sul” como quer Boaventura Sousa Santos⁴. Isto é, colocando em relevo o papel das culturas na constituição de uma nova subjetividade, que conceba o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades a partir de uma compreensão do mundo, e não da busca de domínio e controle sobre as coisas do mundo, como tem sido, durante os séculos, o projeto desenvolvimentista ocidental. Isto implica conceber a cultura e as produções culturais como elementos centrais nos processos de recuperação de certos valores tradicionais, hoje em desuso e muitas vezes catalogados como arcaicos e ultrapassados por não acompanharem a ideologia que prega a competitividade e a competição como valores máximos e insubstituíveis para o desenvolvimento social.

Assim sendo, trata-se de romper com os padrões estabelecidos por um modelo de sociedade em que prevalecem os princípios do livre comércio e, como sugere Guattari, “fomentar uma nova implicação cidadã nos espaços públicos culturais, configurando assim um modelo cultural independente, alternativo às indústrias culturais e aos poderes políticos.”

sociais produtoras de subjetividade que fogem à modelização promovida pela cultura hegemônica.

Os processos de produção de manifestações culturais populares requerem práticas de sujeito incompatíveis com a fruição passiva, uma vez que são elaboradas por e para os membros do grupo. Retirar os indivíduos de sua usual condição de passividade, de contemplação e mobilizá-los para qualquer tipo de construção comum leva ao enriquecimento da experiência e abre possibilidades para a reflexão sobre si mesmos, sua percepção e sua inserção no mundo. Ao afirmar, por meio da atividade cultural, sua condição de sujeitos atuantes, os indivíduos podem certamente querer levar para outras esferas da existência essa mesma experiência de atividade. Outra vez com Guattari, pode-se dizer que “a reconquista de um grau de autonomia criativa num campo particular invoca outras reconquistas em outros campos, Assim, toda uma catálise de retomada de confiança da humanidade em si mesma está para ser forjada passo a passo e, às vezes, a partir dos meios mais minúsculos”⁵, desde que recusem ou superem a total passividade ambiente, acrescentaria o autor.

Se as lutas sociais e as demandas por direitos não se restringem mais ao âmbito da política partidária ou das instituições oficiais, é possível estabelecer relações proveitosas entre a produção cultural popular e determinadas instâncias sociais capazes de conduzir a reflexão sobre a inserção subalterna de determinados grupos. A intervenção de instituições ou organizações que se destacam nos processos de produção e reprodução de conhecimentos pode, e em muitos casos deve, contribuir para o entendimento das práticas culturais em sua relação com os processos de construção de identidades e de formação de possíveis sujeitos sociais. Podem-se citar, como exemplo de experiência que conduziram à reflexão, alguns casos emblemáticos que pude acompanhar:

Irmãdade Nossa Senhora do Rosário, de intelectuais e professores universitários locais, e partindo da vivência da Congada, começaram um trabalho de reflexão sobre a cultura e a condição do negro na sociedade local. Ambas as instituições têm mostrado empenho em investigar questões como o histórico da festa, sobre a cultura popular como matriz de identidades, e a promover e realizar palestras e fóruns de cultura em que o temas principais são a festa, os dançadores, a identidade negra, a inserção social dos membros da comunidade. Além dessas iniciativas de caráter mais institucional, há de se acrescentar também a atuação de indivíduos isolados que têm demonstrado seu interesse em participar, incentivar e ampliar a reflexão sobre questões relativas à festa, aos negros, à cultura popular.

Na relação entre turismo e produção cultural destaca-se a recuperação das tradições festivas, religiosas, culinárias e artesanais com o objetivo de promover o desenvolvimento de um tipo de turismo que tem como principal foco manifestações da cultura popular. Esta relação entre elementos da cultura popular e atrativos turísticos é capaz de promover, entre os próprios produtores culturais, (re)conhecimento de sua identidade cultural e a revalorização de sua cultura e do grupo, como bem demonstram os estudos de Ferreira⁶ sobre o papel das cultura populares na atividade turística e os novos caminhos do turismo no Vale do Paraíba, em São Paulo. Além disso, a revalorização da cultura leva, “por contágio” a se perceber, como problemáticos, certos de temas correlatos, como a necessidade de preseio meio ambiente, a qualificação da mão de obra implica conhecer melhor as raízes culturais, entre outros desdobramentos possíveis e desejáveis.

Outras iniciativas que envolvem a produção cultural como elemento de recuperação da auto-estima e de inclusão social se situam no campo de atuação das organizações não governamentais. São numerosas as iniciativas que, em todo o

algum rendimento e os mantenham distantes da marginalidade. Para incentivar este tipo de intervenção social o Instituto Airton Senna, por meio do Programa Cidadão 21 Arte, oferece parcerias, conseguidas mediante seleção, para projetos que abordem a possibilidades de melhorar o futuro das novas gerações. Uma delas é com o projeto da Aldeia do Futuro, que oferece ensino profissionalizante a jovens de baixa renda, e teve de incorporar as mães dos adolescentes que constituíam sua clientela básica com o objetivo de qualificá-las profissionalmente por meio da recuperação, para fins comerciais, de práticas culturais tradicionais e com isto aumentar o rendimento de famílias pobres. Produtos como o quase esquecido “fuxico” (pequenas flores de tecido emendadas) hoje enfeitam bolsas e outros artefatos “cult”. A confecção e venda de produtos artesanais, propicia o aumento da renda familiar, conserva os filhos na oficina e mais, promove a articulação entre a dimensão cultural e econômica, numa recusa implícita à idéia que apenas o mercado é capaz de gerar recursos. Essas ocupações não se inspiram nos modelos do mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, mas baseiam-se em relações de solidariedade voluntária e em relações igualitárias entre os membros.

Em todos estes exemplos, à parte os resultados em termos de ocupação e semi qualificação profissional, os projetos possibilitam um ganho significativo em auto-estima, construção e valorização de uma identidade cultural forte. Este ganho subjetivo é percebido à medida que os indivíduos se sentem capazes de produzir e se dão conta de que seu conhecimento tem importância, vale alguma coisa.

Além de todo o exposto, esses processos de aprendizagem e de produção cultural permitem a tessitura de laços de solidariedade, de identidade e de um sentido de pertencimento que vão-se definindo ao longo de numerosas interações sociais e de

econômico, sociocultural, histórico, em que surgem e se sedimentam as diferenças e também as desigualdades, ou as diferenças criadas pelas desigualdades. A (re)apropriação, reavaliação e representação pública das matrizes culturais dos grupos pode expressar também a realização, um pouco mais bem sucedida, da busca de uma maior aceitação social.

A esse respeito, Darcy Ribeiro⁸, afirma a respeito do negro que “a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes foi, e ainda é, a conquista de um lugar e de um papel de participante legítimo na sociedade nacional”. Esta luta desigual faz com que a esfera cultural seja propícia à valorização, ao reconhecimento e uma forma de inclusão não apenas deste segmento social específico, mas de todos aqueles, negros ou não, que não conseguem encontrar seu espaço na sociedade brasileira. A seu ver, são os campos em que não se exige escolaridade, como a música popular ou o futebol, que podem oferecer muitas das oportunidades de ascensão. Entretanto é preciso cautela para lidar com essa perspectiva, pois em muitos casos, o reconhecimento e a inserção que os grupos buscam passa necessariamente pelo reconhecimento da mídia, e sabe-se que no palco da fama não há lugar para todos.

Ainda assim, com todos os percalços, à medida que conhecem mais e melhor sua trajetória histórica, o campo de suas possibilidades sociais, econômicas e culturais, estes indivíduos e grupos tornam possíveis o reconhecimento, compreensão e a reflexão sobre sua inserção subalterna, condições necessárias para tentar superá-la por meio do debate, da atividade, da ação social.

Talvez se possa pressagiar aí o esperado nascimento do intelectual orgânico que Gramsci aponta como necessário para a transformação cultural.

lugar que merece. Os processos de identificação, diferenciação e reconhecimento estão muito presentes nas raízes dos movimentos sociais, nas reivindicações e demandas por direitos objetivos e subjetivos. Por alguns anos a questão específica da configuração das identidades culturais foi relegada a um segundo plano, quando multiplicaram as abordagens que percebiam as identidades coletivas como ruínas em cujo lugar emergiriam identidades mutáveis, provisórias, efêmeras, identidades eletivas.

Mas, se é verdade que esse processo de deslocamento das identidades de qualquer raiz mais permanente (como classe social, cultura, nação e nacionalismo), é bastante concreto e visível, dado que o indivíduo global recebe influências de todas as partes e culturas o que resulta em uma cultura híbrida, composta de elementos tradicionais (alguns) e (pós) modernos (vários); também é verdade que perceber apenas este descolamento é ignorar que elas se constroem no equilíbrio entre raízes e opções. Mesmo que não se possa pensar a identidade como grandes totalidades que encobriam diferenças e desigualdades, desqualificar o conceito e sua utilidade para as análises seria ignorar sua funcionalidade para o nascimento e desenvolvimento de inúmeros movimentos sociais (alguns também globais), reivindicações e embates em torno da idéia de outras alternativas, possíveis e desejáveis para as sociedades.

Um segundo ponto a considerar é de que o desenvolvimento do ser humano deve ser completo, e portanto ele não precisa abdicar de sua vocação para os sentidos, para o amor, para os prazeres, para a festa. A reapropriação de tudo isso com vistas à uma fruição “humana” dessas potencialidades não pode ser ignorada e nem relegada a um plano secundário, como se o “ser político” precisasse da atrofia da sensibilidade individual em função de uma luta árdua e necessária para uma subsistência digna. Tampouco se pode desconhecer as necessidades não materiais, aquelas que tornam

além de nos valores presentes nas culturas populares, na perspectiva do prazer coletivo.

Por fim, acredito ser saudável constatar um certo hibridismo que permite associar produção cultural e intervenção social. Trata-se de tentar capturar o potencial político que as culturas possuem e promover o intercâmbio entre ciência e cultura, o que significa investir em formas de conhecimento que aumentem as possibilidades de inserção e participação social. As pesquisas nesta área se tornariam mais fecundas ao incorporar diferentes modos de ler as culturas populares, em suas relações com os movimentos sociais, com as organizações não governamentais, com o surgimento de grupos “contraculturais”, com a vida cotidiana e com a relação entre produtos culturais e o mundo produtivo, a economia, numa tentativa de politizar as análises. Nesse sentido, caberia a elas também investigar os diversos tipos de produção cultural e as diferentes possibilidades que oferecem de refletir sobre o mundo, de forjar uma nova subjetividade, de possibilitar a constituição de sujeitos sociais comprometidos com a emancipação.

Bibliografia

Bakhtin, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. Brasília, ed. da UnB, 1996, 3ª. ed.

Carvalho, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

Evers, Tilman. *Identidade: a face oculta dos movimentos sociais*. S. Paulo: Novos Estudos Cebrap, vol.2, n.4. abr.84.

Guattari, Felix. *As três ecologias*. Campinas, S. Paulo: Papyrus, 1990.

Guattari, Felix e Rolnik Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

Marx, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. S. Paulo: Ed. Martin Claret, 2001.

¹ Carvalho, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p 8/9.

² Guattari, Felix. Micropolítica: cartografias do desejo. p.16. Itálicos no original.

³ Guattari, Felix. As três ecologias. p.15

⁴ Sousa Santos, Boaventura (org.) Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

⁵ Guattari, op.cit.p.55

⁶ Ferreira, Maria Nazareth. Cultura subalterna e neoliberalismo: a encruzilhada da América Latina e As festas populares na expansão do turismo: a experiência italiana.

⁷ Pesquisa realizada pela Abong (Associação Brasileira das ogns) informa que 63,7% das organizações afirmam trabalhar com jovens e crianças. Dados disponíveis no *site* da Abong: www.abong.org.br.

⁸ Darcy Ribeiro. O povo brasileiro: a formação e os sentidos do Brasil. p.220.